

REENCONTROS: A HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA E BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Zilda Márcia Grícoli Iokoi**

Neste bloco de discussão – *Reencontros* – dos *VII Cursos de Verão de Cascais* gostaria de destacar a fertilidade do diálogo entre os historiadores portugueses e brasileiros intensificado nos últimos anos. Este reencontro permitiu a ampliação do debate sobre as questões da história contemporânea, e sobre a contemporaneidade dos problemas históricos e historiográficos de modo a produzir novas abordagens em assuntos revisitados, na busca de nexos explicativos de maior abrangência, para o entendimento dos processos sociais, culturais e políticos que apontem perspectivas originais no limiar deste novo século.

Neste artigo, pretendo analisar a problemática dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil e sua imbricada relação com a questão do Estado, dos fluxos migratórios e da reordenação do poder, em disputa pelo controle social, que ao mesmo tempo, tenta tomar-lhe as rédeas e domesticá-los, para obter, não apenas, a vitória na constituição da hegemonia, mas para impedir que *a onda longa* das rebeldias que aceleram as crises carreguem os conflitos para o confronto revolucionário.

Quero agora estabelecer um diálogo sistemático com António Manuel Hespanha, no tema do Estado Moderno, Míriam Halpern Pereira sobre os fluxos migratórios, com João Medina sobre as formas autoritárias de constituição das bases sociais das ditaduras (Salazar, Franco, Vargas ou os generais brasi-

* Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

leiros) e, finalmente, com meu querido amigo, o Prof. José Tengarrinha, sobre os desafios da construção da unidade democrática no período pós ditadura.

Um dos problemas centrais dos movimentos de luta pela terra no Brasil contemporâneo refere-se à exclusão e à luta diuturna pelo acesso à terra. Desde 1986, a formula definida pelos movimentos, está centrada na organização da resistência através da constituição de acampamentos nas beiras das rodovias, e as estratégias para forçar as negociações com o Ministério de Assuntos Fundiários com vistas à colocação dos sem terras em assentamentos rurais. A relação dos movimentos com o Estado nos leva a refletir acompanhando Hespanha⁽¹⁾, sobre o sentido do Estado Moderno. Em primeiro lugar, é preciso analisar se de fato, ele realiza a ruptura entre o público e o privado, e também, entre *Estado e sociedade civil*.

No caso em tela, podemos perceber que a problemática fundiária nos remete à compreensão do sentido da propriedade no Brasil e a sua história no processo de estruturação do estado nação. Em 1850, quando o governo imperial promulgou a lei de terras, atribuindo-lhe valor e preço, as antigas áreas recebidas em concessão de sesmarias, foram mantidas. Os mesmos senhores que as detinham como *dominium* e poder tornaram-se proprietários, no sentido moderno, passando a tê-las como equivalente de capital e ao mesmo tempo como espaço de dominação senhorial. Arcaico e moderno constituíram-se como lados opostos de uma mesma moeda, eixo central do processo bem descrito por Peter Eisemberg de *modernização sem mudança*. Este dilema que acompanha a história do Estado e do poder no Brasil, permite que o governo trate, ainda hoje, a exclusão de vastos contingentes populacionais de modo violento e radical, criminalizando os movimentos sociais como o MST, por exemplo, e utilizando o fundo público para proteger os usineiros, ou mesmo contribuindo para o enriquecimento daqueles que utilizam os títulos da dívida agrária (TDAs) como mecanismos de acumulação financeira, para áreas cujo esgotamento do solo dificultam a agricultura familiar sem recursos para insumos.⁽²⁾ Deste modo, mesmo considerando as reflexões de Hespanha para as dificuldades de formulação de mecanismos mais integradores do processo de centralização do Estado português frente ao mundo ultramarino, penso que estas

⁽¹⁾ HESPANHA, A. M., *O Debate Acerca do Estado Moderno in TENGARRINHA J. (Coord.) A Historiografia Portuguesa, Hoje*, São Paulo, HUCITEC/Instituto Camões, 1999, p. 133/146.

⁽²⁾ É comum proprietários de terras esgotadas infiltrarem pessoas no movimento dos sem terras e estimularem a invasão de uma propriedade falida para exigirem do governo os super-valorizados TDAs.

dificuldades indicam a incompletude da modernização, uma vez que a separação entre o público e o privado não se deu por inteiro, ao mesmo tempo em que a sociedade civil não se constituiu, por estarem mantidas as relações interpessoais, a política do favor e a simbiose entre moderno e arcaico.

Deste modo, as referências teóricas que nos levam ao estudo dos movimentos sociais para recuperar a articulação entre o vivido e as experiências históricas, um tema candente para historiadores e cientistas sociais de modo geral, qual seja, a relação entre o sujeito e a classe no desenvolvimento de lutas contra a exclusão.

Para os historiadores, o tema tem importância significativa, uma vez que, supõe a superação da velha díade *sujeito/objeto*, pela nova postura *sujeito/sujeito*. Deste modo, novos procedimentos de pesquisa são necessários indicando novo peso na análise de subjetividades e objetividades nos processos sociais que se colocam sem hierarquias previamente determinadas, ganhando melhor dimensionamento. Evidentemente no vivido a relação mencionada é fundamental pois ela é constitutiva e constituinte dos sujeitos na análise dos fundamentos da ação social.

Com esta nova postura, a discussão sobre níveis de consciência, oriunda da tradição lukacsiana e estruturada pela proposição de Lucien Goldmann⁽³⁾, que acabava por atribuir importância exagerada aos mediadores externos à ação dos sujeitos, pode ser considerada como uma esfera particular, exigindo nova postura, tanto dos mediadores dos movimentos sociais, como dos estudiosos. Assim, o olhar do historiador deve mover-se como num caleidoscópio, procurando sentido e significado em cada um dos fragmentos, que, entretanto, não se separa, das inter-relações, numa totalidade plena de conteúdo e forma. Deste modo, observar e descrever os elementos do vivido, ou as experiências dos grupos, permite a análise de um processo, que cotejado com outros, formulam conhecimentos mais abrangentes em hipóteses múltiplas, onde as partes aparecem com seus significados singulares que formam representações sobre o real, de tal modo que produzem conhecimentos e geram, pela ausência dos seus opostos, desconhecimentos a serem considerados pelo analista, para que ao leitor, o texto apareça aberto e problematizado.⁽⁴⁾ Hespanha considera na análise dos fenômenos históricos o sentido particular dos conflitos, como seus

⁽³⁾ LUKACS, G. *Historia e Consciência de Classe*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969; GOLDMANN, L. *Ciências Humanas e Filosofia*, São Paulo, DIFEL, 1967.

⁽⁴⁾ LEFEBVRE, H. *De la presencia y la ausencia. Contribuciones a la teoría de las representaciones*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

desdobramentos e simbologias. Estes, nos levam a entender os processos de vontades, sonhos e projeções de futuro que conduziram as experiências e resultaram em maior grau de apreensão dos processos e, simultaneamente, a verificação da eficácia das lutas, em busca das expectativas de direitos que envolvem o sentimento de injustiça e alimenta as rebeldias sociais.

Assim, tenho concordância com a análise de que a história construída na referência do marxismo que propugnou pela separação entre o público e o privado, ou da sociedade civil e do Estado, foi aberta de modo mais abrangente pela *École des Annales*. Mas, foi em decorrência do questionamento da sua terceira geração, que os fragmentos do vivido puderam dar vazão aos modos pelos quais as tradições e os arcaísmos passaram a aparecer como mentalidades, mitos ou mesmo como permanências de temporalidades distintas num mesmo tempo histórico, ou seja no moderno. Mas é preciso agregar às reflexões de Hespanha, ter sido a contribuição do marxismo inglês também central neste processo. Assim, questionando a lógica da exclusão e da expropriação numa sociedade de classes, os sem terras, camponeses, posseiros ou trabalhadores rurais aparecem no cenário contemporâneo fazendo romarias, onde as sete paradas de Cristo são mantidas, como parte de sua religiosidade manifestada agora na luta pela terra

É com o objetivo de discutir o problema proposto que passaremos a analisar as lutas pela terra em São Paulo, cotejando tanto as experiências vividas pelos movimentos sociais, e destacar os elementos formadores da cultura e do imaginário social que foram constituintes dessa prática.

A concentração de Terras e as relações dos sujeitos na classe

Com o desenvolvimento e a subsequente mecanização da agricultura, maiores contingentes de trabalhadores rurais transformavam-se em mão-de-obra desagregada da estrutura produtiva. Muitos perderam suas terras açambarcadas pelas agro indústrias que se expandiam pelo país, a partir do estímulo garantido pelos governos militares aos latifundiários no pós 1964. Além da concentração de terras, os camponeses e pequenos agricultores que dependiam de uma política agrícola valorizadora da agricultura de abastecimento enfrentaram ao longo das décadas de 1970 e 1980, outras dificuldades de financiamento e mercado, uma vez que essa área produtiva ficava à mercê dos mecanismos de preços e juros destinados a regular o setor agro pecuarista ou o de grãos para exportação, e não à agricultura de abastecimento.

A estratégia de desenvolvimento, acelerada depois da Segunda Guerra Mundial, tornara-se incapaz de absorver amplos setores sociais, colocando em curso as lutas no campo. De seu turno, o setor urbano já não assimilava os migrantes deslocados para as cidades em busca de emprego na construção civil ou mesmo em áreas produtivas menos tecnificadas nas indústrias.

Cresceram ao longo da década de 1980, as periferias das cidades, formando enormes contingentes sociais de desempregados e subempregados, que através das ocupações desordenadas passaram a habitar as margens dos rios, como ocorreu em São Paulo, beirando as vias expressas. O crescimento das cidades e a falta de uma política de urbana foi responsável inclusive pela ocupação sem infra-estrutura de áreas de mananciais, como em Eldorado no município de Diadema, ou as áreas de risco, como nas encostas de morros em diferentes cidades do país. Essas forças manifestavam-se denunciando os limites do modelo econômico, cuja concentração de renda aparecia com maior clareza depois da explicitação das estratégias de manipulação dos índices inflacionários e dos indicadores econômicos revelados com a crise do milagre, em 1973.

O aprofundamento das reflexões sobre o tema da exclusão foi assimilado pelos grupos sociais que defendiam a reforma agrária, destacando a necessidade de outra estratégia para a produção de gêneros de abastecimento que reforçasse a unidade de trabalho familiar, uma vez que a balança comercial desequilibrada apresentava altos índices de importação de gêneros como o feijão e o milho, produtos tradicionalmente cultivados no país. Os protestos populares cresceram e os movimentos de luta contra a carestia estimularam a reapresentação na esfera pública do tema da reforma agrária criminalizado pelo governo militar.

Origens do MST

O Rio Grande do Sul, ocupado por imigrantes europeus que se deslocaram ao longo do século XIX e início do XX, havia desenvolvido um processo de colonização como o apontado por Miriam Halpern Pereira de «emigração familiar»⁽⁵⁾. Refletindo portanto, as estratégias elas próprias, em sintonia com a estrutura patrimonial local e em consonância com a conjuntura econômica – núcleos coloniais de base lingüística comum, de afinidade nacional ou religiosa – o Rio Grande era apontado, até então, como modelo de estrutura

⁽⁵⁾ PEREIRA, M. H. *A Política de Emigração Portuguesa (1850-1930)* in TENGARRINHA, J. *op.cit.* p. 183/208.

agrária. Não sofrera os reveses da *plantation* escravista, e portando possibilitava um maior equilíbrio na distribuição de riquezas e demais componentes de indicadores sociais. Entretanto, ao longo da década de 1970, passou por um rápido processo de concentração fundiária tornado-se um lugar de conflitos de sem terras, devido também, ao processo de alagamento de grandes áreas agricultáveis com a construção de barragens para o complexo de Itaipu⁽⁶⁾ e da modernização implementada pelo projeto industrial dos governos militares.⁽⁷⁾ Alterou-se assim rapidamente a estrutura fundiária, especialmente devido aos estímulos dos governos à produção da soja, em largas extensões de terras e com subsídios específicos. Os contingentes de sem terras cresceram, e inicialmente, foram sendo encaminhados para os programas de colonização no norte e no centro oeste do país. Deste modo, tardiamente desintegrou-se a geografia da família, com a dissolução dos laços conjugais, uma vez que tanto no centro oeste, como no norte, estes migrantes foram utilizados do mesmo modo que os emigrantes do período anterior como frente pioneira, servindo para preparar a área para a instalação do grande capital.

Evidentemente, que os camponeses e pequenos produtores deslocados para regiões distantes e inóspitas, sem uma política agrícola definida, acabaram servindo mais aos interesses tanto dos grileiros como das madeireiras, já que desbravaram o mato, lutaram contra os seringueiros, índios e ribeirinhos e, desagregaram-se pelas estradas e vilas, numa condição de extrema miséria.⁽⁸⁾ Esse processo foi acompanhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que através de exaustiva documentação, informava sobre a grave situação dos camponeses e trabalhadores deslocados para as frentes de colonização.

A Igreja Riograndense, que até então apoiara os militares defendendo a sua atuação contra os exageros esquerdizantes dividiu-se: parte da hierarquia apoiava os grandes proprietários e a outra, vinculada aos movimentos de base, defendia a reforma agrária para os sem terra. Deste modo, acompanhando as decisões do Concílio Vaticano II, as preocupações do clero reformista aproximavam-se de modo efetivo dos excluídos, tanto nas cidades como no campo. O retorno aos fundamentos do cristianismo da transição judaico-cristã aflorou

⁽⁶⁾ IOKOI, Z. M. G. *Igreja e Camponeses: A teologia da Libertação e os movimentos sociais no campo - Brasil/Peru*, São Paulo, Hucitec, 1996.

⁽⁷⁾ Dados do Censo Agrícola - 1970.

⁽⁸⁾ Ver: IOKOI, Z. M. G., *op cit*; MARTINS, J. de S. *Não há terra pra plantar neste verão*, Petrópolis, Vozes, 1996.

definindo uma ação pastoral voltada para a defesa dos pobres, por considerá-lo o fundamento principal da rebeldia de Jesus Cristo. A grande engrenagem dessa poderosa instituição foi acionada na defesa dos pobres, uma vez que o entendimento teológico desse setor, apoiado na Teologia da Libertação, definia como verdadeira igreja a que defendesse a representação do Cristo pobre, rebelde, em luta contra as injustiças e a ação dos poderosos.

Sua presença foi mais significativa, uma vez que a ausência de outras interlocuções devia-se ao Ato Institucional n 2, de 27/10/65, que proibiu a existência de organizações ideológicas e classistas, quando o Executivo tornou-se devido à ditadura, a única instância na gestão de interesses sociais.⁽⁹⁾ A sociedade civil passara a ser considerada como o grande inimigo a ser vencido, relacionando-se o Estado diretamente com as pessoas e não mais com as instâncias organizadas da sociedade. Mesmo tendo recebido o apoio da direita, os militares não reconheceram suas entidades, que foram desqualificadas, estabelecendo-se com a roupagem da recuperação moral, econômica e política, relações de favor e de cooperação até então escamoteadas pelas mediações partidárias.

A prática do favor e as relações arbitrárias que se produziram inviabilizaram uma aproximação mais estreita entre Igreja e militares, mesmo com a insistência de alguns membros da hierarquia religiosa. Assim, a ala progressista criou um trabalho pastoral silencioso e organizativo, de conseqüências importantes.

Em julho de 1968 havia se realizado o encontro da Regional Sul 3 da CNBB que deliberou sobre a importância da Reforma Agrária tanto no Sul, como para as demais regiões do país. O resultado do encontro traduziu-se numa carta enviada ao presidente Costa e Silva pedindo a aplicação do Estatuto da Terra na parte que dizia respeito à Reforma Agrária⁽¹⁰⁾ (art. 16 e 30). Pela carta, assinada por D. Vicente Scherer, D. Aloísio Lorscheider e mais doze bispos, a Igreja do Sul defendia a formação de uma vigorosa classe média rural, constituída por propriedades familiares. Em defesa dessa proposta, lembrava aos militares que o compromisso de Castelo Branco com a reforma agrária estava colocado no texto que embasara os fundamentos do Estatuto da Terra.

⁽⁹⁾ Fichter, Georges-André, *O Regime Modernizador do Brasil 1964/1972* – Rio de Janeiro, F. G. V. – 1974.

⁽¹⁰⁾ «Carta dos Bispos e Arcebispos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ao Presidente Costa e Silva», 01.07.1968 in *O Correio da Manhã*, 21.07.1968.

Ainda naquele documento, objetivava-se um processo modernizador que significasse profunda alteração no modo de vida camponês, evitando sua relação como messianismo, com a política oligárquica e especialmente com o comunismo, considerado o pior dos elementos na desagregação da família. A lembrança dos fundamentos do Estatuto fizera parte de uma estratégia tanto em relação ao governo militar, como da própria Igreja, da necessidade de aproximação com os setores excluídos, que deveriam retornar à casa de Deus como fiéis. Deste modo, o setor conservador avaliava que o retorno do rebanho só seria possível com uma prática religiosa que fizesse parte da vida dos pobres de todo o país. Evidentemente, os movimentos eclesiais de base, oriundos da ação católica ou das CEBs, passaram a representar o descontentamento de amplos setores sociais e exigiam manifestações mais contundentes de padres e bispos frente à crise social que atingia a população. Os movimentos de juventude, as reuniões de lavradores sem terra e mesmo os grupos pastorais reclamavam contra a violência e propunham maior compromisso da igreja com seus fiéis.

Foi pressionado por esse clima de insatisfação e de rebeldia, pela nova interpretação pastoral e pela recomendação de que os clérigos e agentes pastorais deveriam viver com as comunidades e partilhar verdadeiramente de seus dramas, que a Igreja produziu um documento muito forte, coordenado por D. Cândido Padim,⁽¹⁾ criticando a Doutrina de Segurança Nacional e a Escola Superior de Guerra. A distância entre a Doutrina Social da Igreja e a ideologia dos militares, marcou a separação entre ambos. Essa posição passou a congregar cada vez maiores adeptos e assim separou-se o «joio do trigo». O documento «Violência e mais Violência» chamou a atenção para a realidade latino-americana e o sofrimento de camponeses, índios e sem terra, na busca de solução para as suas necessidades sociais. Aprovado pela 9.^a Assembléia da CNBB esse documento ganhou a oposição do setor conservador liderado por D. Geraldo Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer com o seguinte conteúdo:

«Nós, bispos e arcebispos presentes no Rio de Janeiro a fim de tomar parte na 9.^a Assembléia geral da CNBB, desejamos levar ao conhecimento de V.Exa {o Presidente da República}., nossa posição em face dos pronunciamentos procedentes de eclesiásticos e leigos, feitos ao longo dos últimos

⁽¹⁾ SEDOC especial – setembro/68 col. 448.449.

meses, a respeito da situação do país e dos remédios correspondentes. Tomados em seu conjunto tais pronunciamentos, causam impressão de que as tendências esquerdistas e subversivas visam precipitar o país no caos, na revolução social, e por fim, sujeitá-lo a uma situação idêntica ou semelhante à que o tirano Fidel Castro impôs em Cuba, constituem uma opinião generalizada entre bispos sacerdotes e leigos [...] Pessoalmente, embora reconheçamos a gravidade de muitos de nossos problemas (a terra) contestamos que eles tenham o caráter catastrófico com que são apresentados por aqueles interessados na subversão [...] Com essas afirmações, vão os nossos votos de íntima cooperação do poder espiritual com o civil e militar para a grandeza do Brasil Cristão.»⁽¹²⁾

É interessante perceber que a divisão no seio da Igreja acontecia simultaneamente ao aumento da tensão social e da repressão. A culminância desse processo já era esperada e de fato ocorreu em 13.12.68 com a edição do Ato Institucional n.º 5. Uma parcela da Igreja, motivada cada vez mais intimamente pela Teologia da Libertação, se separava daquela nomeada por João Medina como partidária do demoliberalismo, ou seja, da fusão entre o catolicismo papal e as doutrinas do integralismo ou seja, um tradicionalismo autoritaritário, como no caso brasileiro⁽¹³⁾. Esta ala contrapunha-se aos partidários da Igreja progressista que passou a atuar diretamente junto aos camponeses, com o objetivo de apoiar suas lutas e enfrentar o arbítrio que se impôs sobre a sociedade civil. Em oposição ao lema Deus, pátria e família, constituiu-se o lema da comunidade cristã em luta pelo reino de Deus no aqui e no agora.

Até aquele momento, grande parcela do clero era partidária da concepção que a defesa da justiça, da terra e dos direitos humanos era uma postura solidária e apolítica. Consideravam a ala conservadora como negligente em sua função pastoral e procuravam manter-se neutros no sentido partidário. Foi com essa concepção que o clero conservador se recusou a dar o aval aos atos públicos posteriores, considerando-os de cunho nitidamente partidários, como aqueles realizados pelas comissões Pastoral da Terra, de Direitos Humanos e pela Ação Popular.

⁽¹²⁾ Carta de Sigaud e Castro Mayer ao Presidente Costa e Silva in SEDOC especial, set. 1968, col. 448/449y.

⁽¹³⁾ MEDINA, J. *A Ditadura portuguesa do estado novo (1926 a 1974): síntese de ideologia e mentalidade do regime salazarista-marcelista*. in TENGARRINHA, J. *op cit.* p. 208/228.

A cada momento ficava mais clara a impossibilidade histórica da Igreja permanecer distante dos acontecimentos políticos daquele momento. A prisão do Padre José Eduardo Augusta, por apoiar os estudantes de Botucatu nas ocupações de terras na região, e a expulsão do Padre Pierre Joseph Wauthier, por participar da greve de Osasco, na Braseixos, empresa em que ele trabalhava, apontam nessa direção.⁽¹⁴⁾ As lutas sociais ganhavam visibilidade em plena ditadura e por diferentes caminhos, os sujeitos expressavam seus sentimentos e práticas contra as injustiças sociais.⁽¹⁵⁾

O acirramento da repressão e a perseguição aos membros das Igrejas, apontados como lideranças dos conflitos sociais, permitiu uma aproximação cada vez mais explícita entre os padres, freiras, agentes pastorais; entre os camponeses, índios e pequenos produtores; e, entre os operários e demais setores populares nas cidades. Assim, houve também maior aproximação entre os diferentes grupos políticos e os representantes da Igreja.

De um lado os partidários da libertação passavam a constituir um grupo cada vez mais preocupado com o apoio às classes subalternas contra o arbítrio do poder ditatorial, e de outro, as forças reacionárias aproximavam-se deste mesmo poder, denunciando a subversão e articulando a repressão.⁽¹⁶⁾

Para apoiar a luta dos sem terra a Igreja propôs a criação de mecanismos de defesa jurídicos como a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão Pastoral da Terra. Por esse trabalho articulava-se o movimento pastoral urbano com o rural. Os centros de apoio e de pesquisa foram se constituindo, coletando informações, organizando dossiês sobre os rumos que os camponeses deslocados para as várias frentes de colonização no Norte e Centro Oeste tomavam, criticando deste modo o modelo imposto pelos militares e, esclarecendo os sem terras e sem teto, da demagogia do governo representado por seus técnicos em órgãos como o INCRA. Uma crítica radical ao paternalismo político contrário à noção cristã da Chefia e da Obediência separa o novo clero dos seus sucedâneos, mesmo considerando a pequena cifra destes representantes, que entretanto dominavam a CNBB.

⁽¹⁴⁾ O padre Wauthier permaneceu preso 29 dias no DOPS e foi removido à prisão domiciliar na casa de D. Agnelo Rossi quando o Cardeal estava na reunião de Medellín. A casa do Cardeal foi invadida e o padre expulso do país por ação policial, em 27.08.1968.

⁽¹⁵⁾ MOORE, B. *Injustiça e Rebelião*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1996.

⁽¹⁶⁾ D. Sigaud aproxima-se da TFP in *Notícias da Igreja Universal*, 63 (1968) 4-5.

Naquele momento, a organização sindical procurava objetivar sua ação através das reclamações trabalhistas, uma vez que essas lutas específicas não se opunham à luta pela terra. Foi esse o sentido que culminou na criação em 1963 da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, no Congresso realizado em Natal, uma vez que naquele período (1955/65) os assalariados rurais poderiam ter acesso à terra. Deste modo, a CONTAG contemplava tanto as suas reivindicações de assalariados como as de arrendatários, meeiros ou mesmo posseiros, em suas diferentes frentes de luta.

Foi em 1965 com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que se pode perceber a necessidade de uma reformulação no enquadramento desses trabalhadores. Não era mais possível acoplar numa mesma estrutura, interesses trabalhistas como salários, carteira assinada e previdência, aos interesses que se vinculavam à posse da terra. Os vários tipos de trabalhadores rurais uniam-se pelo assalariamento, separando-se dos posseiros e camponeses, que voltavam a ser considerados um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso do país.

O Estatuto do Trabalhador Rural, realizava por sua aplicação, a separação efetiva entre o trabalhador e os meios de produção, uma vez que a perda da condição de morador, fazia com que ele perdesse também a «terra de uso». Essa situação tornou-se mais aguda nos estados do Sul, criando polêmicas que resultaram em alguns impasses tanto para os bóia-frias, como para as organizações de defesa dos inúmeros sem terras que se multiplicavam na região.

O crescimento do trabalho volante ou sazonal na agricultura, o aumento do processo migratório, a confluência de trabalhadores mais articulados com o novo padrão «técnico que se impunha (tratoristas, operadores de máquinas, etc.), ao lado de um vasto segmento integrado à agro indústria»⁽¹⁷⁾ produziram as condições sociais novas e específicas que o modelo contagiado não mais conseguia absorver. À velha representação do trabalhador rural ou do camponês produzida por Monteiro Lobato, como a expressão do atraso, traduzida na figura do Jeca Tatu, indolente e ocioso, da primeira versão, ou doente e endêmico do folheto do Biotônico Fontoura, agregava-se um conteúdo político conservador, também arcaico, da polêmica entre as esquerdas sobre o papel do campesinato na revolução.

⁽¹⁷⁾ Sérvolo de Medeiros, Leonilde: «Apresentação» in *Sindicalismo no Campo* – Cadernos do CEDI – 20 Rio de Janeiro, p. 52.

As novas necessidades entretanto, permitiram a recuperação das lutas dos sem terras do início dos anos 60 e garantiram uma organização nova, que se constituiu de maneira autônoma frente às organizações de tipo sindical, possibilitando a produção de outras respostas, ágeis e eficazes que surpreendeu o poder público estadual e federal.

As lutas que ocorreram nas fazendas Macali e Brilhante, lembraram as estratégias utilizadas em 1964 pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e permitiram que novos grupos fossem ativados. Participaram das lutas a população indígena da reserva Nonoaí que estava sendo expulsa das terras pela ação de grileiros ou latifundiários, e os proprietários pequenos e médios que tiveram suas terras alagadas na construção da barragem de Passo Real para a formação de Itaipu.

Muitos dos sem terras que se uniram aos índios Nonoaí haviam participado das lutas dirigidas pelo MASTER e aguardavam ainda seus lotes, que foram prometidos e esquecidos depois do Golpe Militar de 64. As novas necessidades, a memória das antigas lutas e as notícias da miséria que se abatera sobre os gaúchos que saíram rumo ao norte ou ao centro oeste, estimularam o grupo a enfrentar as várias oposições que se constituíam contra seus interesses e necessidades.

Evidentemente, como bem frisa Medina, esse processo dependia de um projeto de educação nacional, que foi tecido durante a ditadura em oposição aos processos educacionais libertários como por exemplo os orientados pelo grande pedagogo Paulo Freire. Em oposição à Educação como Prática da Liberdade de Freire, criou-se o MOBREAL e os sistemas de ensino moral e cívico. Estes porém, foram prontamente criticados inviabilizando um controle doutrinário mais abrangente, especialmente pela ampliação do complexo universitário e do sistema de pós graduação necessário ao desenvolvimento técnico-científico do projeto de Brasil Grande defendido pelos generais no poder.

Assim, a «rejeição arrogante da velha oposição» representada pela articulação civil/militar da direita, foi sendo paulatinamente colocada em cheque pelos intelectuais de esquerda que resistiam ao fechamento político e à censura. Diferentemente do caso português analisado por Tengarrinha,⁽¹⁸⁾ o impulso do pós guerra foi, no Brasil, favorável a um boom urbano industrial atrelado à

⁽¹⁸⁾ TENGARRINHA, J., *Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo*, in TENGARRINHA, J. *op. cit.* p. 229/275.

aplicação direta do capital externo à estrutura produtiva, significando o período JK, um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas e as lutas pela inclusão social propiciaram um processo de disputas que se constituiu como um período de crise revolucionária. Foi tão clara a hipótese de virada, que o golpe preventivo como afirmava Golberi do Couto e Silva, acabou sendo realizado de modo integrado pela classe dominante, que teceu um pacto com apoio dos setores médios da sociedade atemorizados com a hipótese de serem eles os que pagariam as contas da inclusão das classes subalternas.

Deste modo, a defesa do país continente contra o processo de exploração poderia ser para o Brasil semelhante ao processo de manutenção da estrutura colonial portuguesa, mas no caso brasileiro, viabilizava-se de modo mais simples o controle do território pelo tamponamento das fronteiras que para Portugal era inviável. Assim, as diferenças entre o Movimento Nacional Democrático e o Movimento Democrático Brasileiro são amplas, já que no primeiro tratava-se de um processo que era dirigido pelo PCP em busca de bases legais na sociedade, e o segundo representado por uma oposição criada por ato institucional, só depois de alguns anos esses liberais e os conservadores, contaram com pequena presença do PCB.

Em conclusão, gostaria de destacar quantos problemas históricos comuns ainda nos afligem. Os mais significativos são aqueles decorrentes de sermos um mosaico de culturas variadas e de processos migratórios constantes. Se de um lado este fenômeno nos diversifica e favorece, de outro nos coloca de costas contra o Brasil mesmo por existir um imaginário do exterior que auxilia a desqualificar o que temos e o que somos. No caso português, sou tentada a afirmar que este espraiamento pelo ocidente e oriente também produziu um sentimento de complementariedade externa, que vis a vis, os afastou do encaminhamento de soluções mais significativas para um melhor concerto europeu. No caso brasileiro e em decorrência do primeiro aspecto, a ausência do sentido de unidade e solidariedade, o isolamento e o individualismo têm se apresentado de modo significativo como dificultadores no encaminhamento de soluções significativas para inclusão social. Em fim, a cooperação acadêmica e a dessacralização do exterior pode ser um caminho fértil para que possamos construir *Outros 500!*